

A razão da reforma

FRANCISCO PEDRO DO COUTTO

O senador José Sarney anunciou que vai viajar pelos Estados, durante o receso parlamentar, a fim de avaliar a situação das bases da Arena e ouvi-las sobre a reforma partidária que se tenta, mas cuja fórmula definitiva ainda não encontrou um consenso na área do próprio governo que a deseja. Afinal, se o presidente do partido vai ouvir as bases, agora, é porque obviamente não as ouviu. Antes. E — há outro detalhe — ele próprio não revelou quais as informações que pretende levar a elas. De onde se conclui, que ele, Sarney, não possui informações a dar e sim a colher. O que é um direito seu. Mas paralelamente revela que o governo ainda não se fixou em qualquer projeto para concretizar uma reforma em relação a qual as dificuldades são muitas.

De tudo, a cada instante, fica evidente que o caminho para a reforma não foi estabelecido e sequer a sua forma delineada. O governo sabe que deseja uma reforma. Mas, até o momento, não conseguiu estabelecer como fazê-la. Fosse outro o caso e certamente o senador José Sarney se encaminharia às bases a que se refere de posse de orientações definidas para que se deslocassem ao partido que viesse substituir a Aliança Renovadora Nacional. Como ele não faz isso, é porque não há orientações a transmitir. Como na antiga frase reproduzida sistematicamente na Hora do Brasil. O locutor de então, Teófilo de Vasconcelos ou Jafr Amorim, fazia uma pausa e dizia: aviso aos navegantes. Para em seguida acrescentar: não há aviso aos navegantes.

O senador José Sarney está exatamente repetindo a frase que causou tantas anedotas e brincadeiras. Ele não possui aviso aos navegantes a transmitir. No fundo, está desejando é receber subsídios, obter alguma chave para desatar o nó institucional contido no projeto esboçado da reforma. Pois afinal de contas uma reforma bastante ampla e liberal, a exemplo da que marcou a redemocratização na Espanha, resolveria totalmente a questão quanto à sua viabilidade. Mas, à medida em que proporciona condições de ressurgimento ao PTB, de outro lado fornece alguns complicadores à questão política, já que quaisquer antigos líderes, cuja vez anistiados, poderão pleitear suas candidaturas. E se fossem candidatos ao Senado ou Câmara Federal certamente não haveria problemas. Mas — não de supor

os estrategistas do governo — e se alguns daqueles líderes desejarem candidatar-se a governos de Estados?

Ninguém se iluda. É exatamente essa perspectiva que cria hesitações e faz frear o projeto da reforma. A questão em aberto adia uma solução. De um lado o governo quer tentar — não conseguirá — dividir as oposições entre MDB e PTB. Porém de outro teme, no fundo, que a tática não funcione na prática e possa o ressurgimento do antigo Partido Trabalhista Brasileiro tornar-se em fator de preocupação junto ao sistema político-militar. O problema reside aí. Não é outro. Por isso, a gangorra que se observa no quadro político. Um dia a tese da reforma ganha intensidade e força, em outro declina. No momento encontra-se na estaca zero.

Não poderá permanecer indefinidamente assim. Terá que ser adotada uma solução, estabelecido um caminho, ou então dar-se o dito pelo não dito e o bipartidarismo prosseguir apoiado nas condições do MDB e no enfraquecimento da Arena. Mas por enquanto o governo João Baptista de Figueiredo ainda não desistiu da idéia de fracionar as oposições. Se desistir, não se tenha dúvida: a reforma partidária será esquecida. A reforma partidária, no fundo da questão, é mais uma etapa tática do que uma alteração institucional e constitucional.

Outra hipótese: no momento em que o governo desistisse de unir o seu destino político ao destino eleitoral da Arena, a reforma partidária sairia completamente de cogitações. Se o Executivo liberar a disputa político-eleitoral à livre flutuação dos votos entre MDB e Arena, a reforma se anula por si. Não há quem negue esta tese. E, logo, a reforma partidária outro sentido não possui que a intenção unicamente político-partidária de impedir o crescimento da legenda do MDB ou de qualquer outra agremiação que de qualquer forma reúna em sua legenda o sentimento oposicionista e as próprias oposições. Esta é a realidade. O resto é fantasia, ficção, exercício intelectual à base da movimentação política, projetos colocados no papel, mas que não funcionam na prática. Este, de dividir as oposições, é um deles. E se a reforma, como tudo indica, tiver esse sentido, desde já ela perde sua razão de ser.